

# Lei nº 857 / 2005

## DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2006 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Câmara Municipal de Santana da Vargem aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

<b>Texto</b>	<b>Fundamentação</b>
<p>Art.1º. São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do exercício financeiro de 2006, compreendendo:</p> <p>I – as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;</p> <p>II – orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual;</p> <p>III – disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;</p> <p>IV – disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;</p> <p>V – equilíbrio entre receitas e despesas;</p> <p>VI – critérios e formas de limitação de empenho;</p> <p>VII – normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;</p> <p>VIII – condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;</p> <p>IX – autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;</p> <p>X – parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;</p> <p>XI – definição de critérios para início de novos projetos;</p> <p>XII – definição das despesas consideradas irrelevantes;</p> <p>XIII – incentivo à participação popular;</p> <p>XIV – as disposições gerais.</p>	<p>- CF art.165 § 2º - LRF, art. 4º, § 2º, V</p>
<b>Seção I</b>	
<b>Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal</b>	
<p>Art. 2º. Em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, excepcionalmente para o exercício financeiro de 2006, as Metas e as Prioridades da Administração Pública Municipal serão definidas quando da elaboração do projeto de lei do Plano Plurianual relativo ao período 2006–2009, o qual será encaminhado à Câmara Municipal até o dia 31/08/2005.</p> <p>§ 1º. O orçamento será elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do <i>caput</i> deste artigo.</p> <p>§ 2º. O projeto de lei orçamentária para 2006 conterá demonstrativo da observância das metas e prioridades estabelecidas na forma do <i>caput</i> deste artigo.</p> <p>§ 3º. As Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2006, definidas no projeto de lei do Plano Plurianual relativo ao período 2006–2009, terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2006 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.</p>	<p>- CF art. 165, §2º - CF art. 165, § 7º - Art. 4º da LRF - Art. 35, § 2º, ADCT</p>
<b>Seção II</b>	
<b>Das Orientações Básicas para Elaboração da Lei Orçamentária Anual</b>	
<b>Subseção I</b>	
<b>Das Diretrizes Gerais</b>	
<p>Art. 3º. Para efeito desta Lei, entende-se por:</p> <p>I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;</p> <p>II – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;</p> <p>III – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e</p> <p>IV – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.</p> <p>§ 1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando as respectivas metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.</p>	<p>- Portaria SOF nº 42/99 - Portaria STN nº 163/01 - CF art. 167, VI</p>

<p>§ 2º. Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.</p>	
<p>§ 3º. Cada projeto constará somente em uma unidade orçamentária e em um programa.</p>	
<p>§ 4º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e da Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2006-2009.</p>	
<p>Art. 4º. O orçamento fiscal, e de investimentos discriminará a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei nº 4.320/64.</p>	<p>- Lei nº 4.320/64 art. 15</p>
<p>Art. 5º. O orçamento fiscal e de investimentos compreenderá a programação dos Poderes do Município, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser consolidada no Departamento de Contabilidade do Município</p>	<p>- CF art. 165 § 5º, I, II e III - LRF art. 50, III</p>
<p>Art. 6º. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:</p>	<p>- Lei nº 4.320/64, arts. 2º e 22</p>
<p>I – texto da lei;</p>	<p>- CF art. 165, § 5º</p>
<p>II – documentos referenciados nos artigos 2º e 22 da Lei nº 4.320/1964;</p>	<p>- CF. art. 100, § 1º</p>
<p>III – quadros orçamentários consolidados;</p>	<p>- LRF art. 5º</p>
<p>IV – anexos do orçamento fiscal discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;</p>	<p>- LRF art. 12</p>
<p>V – demonstrativos e documentos previstos no art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000;</p>	
<p>VI – anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, na forma definida nesta Lei.</p>	
<p>Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no <i>caput</i>, os seguintes demonstrativos:</p>	
<p>I – Demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o art. 2º, inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000;</p>	
<p>II – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino e no ensino fundamental, para fins do atendimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;</p>	
<p>III – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério;</p>	
<p>IV – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins do atendimento disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000;</p>	
<p>V – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, provenientes do SUS – Sistema Único de Saúde;</p>	
<p>VI – Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101/2000.</p>	
<p>Art. 7º. A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária serão elaboradas a valores correntes do exercício de 2005, projetados ao exercício a que se refere.</p>	
<p>Parágrafo único. O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.</p>	
<p>Art. 8º. O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.</p>	
<p>Parágrafo único. O Poder Legislativo encaminhará ao Departamento de Contabilidade do Município, até 15 dias antes do prazo definido no <i>caput</i>, os estudos e as estimativas das suas receitas orçamentárias para o exercício subsequente e as respectivas memórias de cálculo, para fins de consolidação da receita municipal.</p>	
<p>Art. 9º. O Poder Legislativo encaminhará ao Departamento de Contabilidade do Município, até 30 de julho de 2005, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.</p>	
<p>Art. 10. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.</p>	
<p>Art. 11. A lei orçamentária discriminará, no órgão responsável pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal.</p>	<p>- CF art. 100</p>
<p>§ 1º. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração pública municipal submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria do Município.</p>	

<p>§ 2º. Os recursos alocados para os fins previstos no <i>caput</i> deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade.</p>	
<p><b>Subseção II</b></p>	
<p><b>Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal</b></p>	
<p>Art. 12. A administração da dívida pública municipal tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.</p>	<p>- LRF arts. 29, 30, 31 e 32</p>
<p>§ 1º. Deverão ser garantidos, na lei orçamentária, os recursos necessários para pagamento da dívida.</p>	<p>- Resolução 40/2001 do Senado Federal</p>
<p>§ 2º. O Município, através de seus órgãos, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição Federal.</p>	<p>- Resolução 43/2001 do Senado Federal</p>
<p>Art. 13. Na lei orçamentária para o exercício de 2006, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.</p>	
<p>Art. 14. A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.</p>	
<p>Art. 15. A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar nº 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, ou outra que vier a substituí-la.</p>	
<p><b>Subseção IV</b></p>	
<p><b>Da Definição de Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência</b></p>	
<p>Art. 16. A lei orçamentária conterà reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será equivalente a, no máximo, 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2006, destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e demais créditos adicionais.</p>	<p>- LRF art. 5º, III</p>
<p>Parágrafo único – Verificada a não utilização da Reserva de Contingência para os fins especificados, bem como a previsibilidade de sua não utilização até o final do exercício, a partir do 1º dia de outubro o Poder Executivo poderá dela se utilizar como fonte para créditos suplementares e adicionais.</p>	
<p><b>Seção III</b></p>	
<p><b>Da Política de Pessoal e dos Serviços Extraordinários</b></p>	
<p><b>Subseção I</b></p>	
<p><b>Das Disposições Sobre Política de Pessoal e Encargos Sociais</b></p>	
<p>Art. 17. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000 e demais normas legais pertinentes.</p>	<p>- LRF arts. 18 ao 23</p>
<p>§ 1º. Além de observar as normas do <i>caput</i>, no exercício financeiro de 2006 as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000.</p>	<p>- LRF art. 22, V</p>
<p>§ 2º. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.</p>	<p>- CF art. 169</p>
<p>- LRF, arts. 15 ao 17</p>	
<p><b>Subseção II</b></p>	
<p><b>Da Previsão para Contratação Excepcional de Horas Extras</b></p>	
<p>Art. 18. Se durante o exercício de 2006 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101/2000, a realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.</p>	<p>- LRF art. 22, V</p>
<p>Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no <i>caput</i> deste artigo, no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo é de exclusiva competência do Presidente da Câmara.</p>	

<b>Seção IV</b> <b>Das Disposições Sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município</b>	
<p>Art. 19. A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2006, com vistas à expansão da base tributária e conseqüente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:</p> <p>I – aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;</p> <p>II – aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;</p> <p>III – aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;</p> <p>IV – aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.</p> <p>Art. 20. A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte, com destaque para:</p> <p>I – atualização da planta genérica de valores do Município;</p> <p>II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;</p> <p>III – instituição de legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;</p> <p>IV – revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;</p> <p>V – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;</p> <p>VI – revisão de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;</p> <p>VII – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;</p> <p>VIII – revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal;</p> <p>IX – instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;</p> <p>X – a instituição de novos tributos ou a modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos.</p> <p>Art. 21. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente vigorará depois de atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.</p> <p>Art. 22. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.</p>	<p>- CF art. 165, § 2º</p> <p>- LRF art. 14</p>
<b>Seção V</b> <b>Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas</b>	
<p>Art. 23. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientados no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constante desta Lei.</p> <p>Art. 24. Os projetos de lei que impliquem diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2006 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2006 a 2008, demonstrando a memória de cálculo respectiva.</p> <p>Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que estejam acompanhados das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.</p> <p>Art. 25. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:</p> <p>I – para elevação das receitas:</p> <p>a – a implementação das medidas previstas nos arts. 19 e 20 desta Lei;</p>	<p>- LRF art. 4º, I, a</p> <p>- LRF art. 14</p> <p>- LRF arts. 15, 16 e 17</p>

<p>b – atualização e informatização do cadastro imobiliário;  c – chamamento geral, se for o caso, dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa,  II – para redução das despesas:  a – implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;  b – revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.</p>	
<b>Seção VI</b> <b>Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho</b>	
<p>Art. 26. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no <i>caput</i> do artigo 9º, e no inciso II do § 1º do artigo 31, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, mediante, pela ordem, os seguintes critérios:  I - Redução de diárias de viagem e de horas extras;  II - Redução de, pelo menos 20% (vinte por cento) dos cargos em comissão e funções de confiança;  III - Redução de, pelo menos, 20% (vinte por cento) do quadro de contratados.  § 1º. Excluem do <i>caput</i> deste artigo as despesas que constituam obrigação constitucional e legal e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.  § 2º. O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no <i>caput</i> deste artigo.  § 3º. Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e da movimentação financeira.  § 4º. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.</p>	<p>- LRF, art. 9º e art. 31, §1º, II  - LRF, art. 9º, § 2º  - Lei nº 10.028/00 art. 5º, III</p>
<b>Seção VII</b> <b>Das Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos</b>	
<p>Art. 27. O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.   Art. 28. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.  § 1º. A lei orçamentária de 2006 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuirão para a realização de um programa específico deverão ser agregadas num programa denominado “Apoio Administrativo” ou de finalidade semelhante.  § 2º. Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.  § 3º. O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.</p>	<p>- LRF, art. 4º, I, c</p>
<b>Seção VIII</b> <b>Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas</b>	
<p>Art. 29. Poderá haver inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, dependendo da existência de lei específica e de que sejam destinadas:  I – às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura;  II – às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;  III – às entidades que tenham sido declaradas por lei como sendo de utilidade pública.  Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de regular funcionamento, emitida</p>	<p>- LRF art.4º, I, f  - LRF art. 26  - Lei nº 4.320/64, art.12, §§ 2º, 3º, 6º  - Lei nº 4.320/64, art.16 a 19 e 21  - CF/88 – art. 167, VI</p>

no exercício de 2006 por, no mínimo, uma autoridade local, e comprovante da regularidade do mandato de sua diretoria. -

Art. 30. Poderá haver inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de auxílios e contribuições para entidades públicas e/ou privadas, desde que autorizada por lei específica e que as entidades beneficiárias:

I – se dediquem a atendimento direto e gratuito ao público, através de ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;

II – sejam associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução de programas municipais.

Art. 31. Poderá haver inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de contribuições para entidades privadas, desde que autorizada por lei específica no âmbito do Município e que seja destinada a programas de desenvolvimento econômico.

Art. 32. Poderá haver inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, desde que se destinem ao atendimento de situações que envolvam claramente interesses locais e sejam observadas as exigências do art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 33. As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 34. As transferências de recursos às entidades previstas nos arts. 30 a 33 desta Seção deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos, naquilo que couber, as exigências do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993.

§ 1º. Compete ao órgão concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 2º. É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

§ 3º. Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o *caput* deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberem recursos diretamente do Governo Federal por meio do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola.

Art. 35. Poderá haver destinação, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, desde que se atendam as exigências do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo único. As normas do *caput* deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde.

Art. 36. A transferência de recursos financeiros de um órgão para outro, inclusive da Prefeitura Municipal para a Câmara Municipal, fica limitada ao valor previsto na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. O aumento da transferência de recursos financeiros de um órgão para outro somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o art. 167, inciso VI da Constituição Federal.

#### **Seção IX**

#### **Da Autorização para o Município Auxiliar no Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação**

Art 37. A inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, dependerá da existência de lei específica e de que os créditos sejam destinados ao atendimento de situações que envolvam claramente interesse local.

Parágrafo único. A realização da despesa definida no *caput* deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio.

- LRF art. 62  
- CF art. 241

<b>Seção X</b> <b>Dos Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso</b>	
<p>Art. 38. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2006, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts. 13 e 8º da Lei Complementar nº 101/2000.</p> <p>§ 1º. Para atender ao <i>caput</i> deste artigo, o Poder Legislativo encaminhará ao Departamento de Contabilidade do Município, até 15 (quinze) dias após a publicação da lei orçamentária de 2006, os seguintes demonstrativos:</p> <p>I – as metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000;</p> <p>II – a programação financeira das despesas, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000;</p> <p>III – o cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.</p> <p>§ 2º. O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso, no órgão oficial de publicação do Município, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2006;</p> <p>§ 3º. A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso de que trata o <i>caput</i> deste artigo deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.</p>	<p>- LRF art. 8º</p> <p>- LRF art. 13</p>
<b>Seção XI</b> <b>Da Definição de Critérios para Início de Novos Projetos</b>	
<p>Art. 39. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do artigo 2º desta Lei, a lei orçamentária de 2006 e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:</p> <p>I – estiverem compatíveis com o Plano Plurianual e com as normas desta Lei;</p> <p>II – tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;</p> <p>III – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;</p> <p>IV – os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.</p> <p>Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2006, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2005.</p>	<p>- LRF art. 5º, § 5º</p> <p>- CF art. 167, § 1º</p> <p>- LRF art. 45</p> <p>- LRF art. 48</p>
<b>Seção XII</b> <b>Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes</b>	
<p>Art. 40. Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse a importância de R\$ 3.000,00 (três mil reais)</p>	<p>- LRF art. 16, § 3º</p>
<b>Seção XIII</b> <b>Do Incentivo à Participação Popular</b>	
<p>Art. 41. O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2006, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.</p> <p>Parágrafo único – O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos municípios às informações relativas ao orçamento.</p> <p>Art. 42. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:</p> <p>I – elaboração da proposta orçamentária de 2006, mediante regular processo de consulta;</p> <p>II – avaliação das metas fiscais, conforme definido no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta Lei.</p>	<p>- LRF art. 48</p>
<b>Seção XIV</b> <b>Das Disposições Gerais</b>	
<p>Art. 43. As categorias de programação, aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através de Decreto do Poder Executivo.</p> <p>Parágrafo único. As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária, os quais deverão ser abertos mediante decreto do Poder Executivo.</p>	<p>- CF art. 167, VI e VIII</p> <p>- CF art. 165, § 8º</p> <p>- CF art. 167, II</p> <p>- LRF art. 16</p> <p>- LRF art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º</p>

<p>Art. 44. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964.</p> <p>§ 1º. A lei orçamentária conterá autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.</p> <p>§ 2º. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostos.</p> <p>Art. 45. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.</p> <p>Parágrafo único. A contabilidade registrará tempestivamente os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorridos.</p> <p>Art. 46. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Prefeito Municipal, utilizando os recursos previstos no art. 43 da Lei nº 4.320/1964.</p> <p>Art 47. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual enquanto não iniciada a sua votação, no tocante às partes cuja alteração é proposta.</p> <p>Art. 48. Em atendimento ao disposto no art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos: I – Anexo de Metas Fiscais; II – Anexo de Riscos Fiscais.</p> <p>Art. 49. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.</p>	<p>- Lei nº 4.320/64 arts. 40 a 46</p> <p>- Lei nº 4.320/64 art. 7º, I</p>
<p>Santana da Vargem, 28 de junho de 2005.</p> <p style="text-align: center;">Argemiro Rodrigues Galvão Prefeito Municipal</p>	